

MAIS PERDEDORES DO QUE GANHADORES COM O AUMENTO DO ICMS EM SÃO PAULO

TALITA PRISCILA PINTO¹, CICERO ZANETTI DE LIMA², ANGELO COSTA GURGEL³

O agronegócio será um dos setores mais impactados com o aumento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), medida esta tomada pelo governo do estado de São Paulo para reduzir o rombo nas contas públicas causado pela pandemia de COVID-19. O Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (FGV Agro) estima que a decisão causará uma perda de consumo de até R\$ 21,4 bilhões em bens e serviços e uma redução de R\$ 6,8 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) da região Sudeste.

ORIGINÁRIA DO Projeto de Lei (PL) nº 529/20, que estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas do estado de São Paulo, foi publicada, em 15 outubro de 2020, a Lei Estadual nº 17.293. Uma das atribuições dessa nova Lei é permitir a revisão do Regulamento do ICMS (RICMS). Associados a ela, foram publicados alguns Decretos*, que dispõem sobre prazos de vigência ou reduzem incentivos fiscais a diversos segmentos. Destaca-se a criação de um complemento do ICMS nas operações sujeitas às alíquotas de 7% ou 12%. No período de 15 janeiro de 2021 a 15 de janeiro de 2023, a carga tributária será majorada para 9,4% nas vendas atualmente sujeitas à alíquota de 7,0% (um aumento de 34,28%) e para 13,3% nas vendas atualmente sujeitas à alíquota de 12,0% (um aumento de 10,83%), salvo nas operações de transporte. A finalidade, segundo o governo do estado, é aumentar a arrecadação de impostos a fim de superar o rombo ocasionado pela crise do novo coronavírus.

Entre os setores impactados, está o agronegócio. Houve um aumento significativo da carga tributária para a comercialização de insumos agropecuários em operações tanto estaduais, quanto interestaduais. O imposto vigente no art. 41 do Anexo I do RICMS teve a

IMPORTÂNCIA DO AGRO PAULISTA

O agronegócio representa cerca de 12% do PIB do estado de São Paulo**. Além disso, o estado responde por 16,9% das exportações brasileiras do setor, 11,9% do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária, 54,4% da produção de cana-de-açúcar, 10,0% da produção de café e 3,6% da produção de grãos. Além disso, o setor superou-se frente à crise causada pela pandemia do novo coronavírus, com um crescimento de 10,7% no VBP agropecuária e de 12,5% das exportações em 2020 em comparação ao mesmo período de 2019***. Além disso, a expectativa é de que, na safra 2020/21, o estado, que já é líder no ranking nacional, aumente a sua produção de cana-de-açúcar em 5,5%. São esperados, também, aumentos de 41,9% na produção de café e 5,7% na produção de grãos.

sua isenção convertida de “total” para “parcial”. Também houve elevação da carga de ICMS nas operações de venda interestaduais para insumos em geral e insumos de rações e adubos. Outros segmentos foram impactados pela medida, como implementos agrícolas (novos e usados) e hortifrutigranjeiros.

O agronegócio paulista é caracterizado, principalmente, pela predominância de atividades de base vegetal e por segmentos a jusante da agropecuária: indústria e serviços. Com isso, o setor apresenta um papel relevante na produção de insumos para outros estados. Portanto, a majoração do ICMS coloca em xeque o desempenho do estado ao longo dos últimos anos, bem como a articulação e o crescimento combinado de todos os elos da cadeia produtiva do agronegócio:

insumos, produção, indústria e serviços. Uma alteração na alíquota do ICMS implicará impactos que irão se propagar por todos esses segmentos.

O FGV Agro projetou**** que a economia da região Sudeste deve enfrentar uma perda de consumo de até R\$ 21,4 bilhões em bens e serviços diante da alteração na alíquota do ICMS.

O PIB da região Sudeste – que é a soma de tudo aquilo que é produzido em termos de bens e serviços – poderá sofrer uma redução de R\$ 6,8 bilhões, sendo R\$ 4,0 bilhões referentes apenas ao estado de São Paulo (ver gráfico). O impacto da forte retração do consumo no PIB é suavizado pelo consumo do próprio governo e pela variação positiva da balança comercial.

O aumento do ICMS impacta negativamente a produção estadual, resultando em menores salários e um menor retorno do investimento das empresas. Ao se considerar que uma parcela da mão de obra e dos investimentos do estado migrará para outras regiões do País, o VBP dos setores de agricultura e agroindústria poderá cair -2,7% e -0,3% respectivamente. Essa perda de mão de obra e investimentos é explicada pela redução de competitividade dentro do estado causada pelo aumento do ICMS.

Outros pontos importantes são os efeitos marginais e de eficiência das novas alíquotas do ICMS. Na análise, tanto empresas quanto consumidores ajustam seu consumo de acordo com as novas alíquotas, e isso determina um novo nível de renda e gastos do governo. Para o cenário alternativo, o custo marginal de financiamento do governo paulista é igual a R\$ 2,75. Isso significa que, para cada R\$ 1,00 de aumento na receita tributária, espera-se uma redução de consumo de R\$ 2,75.

Uma medida de eficiência das novas alíquotas pode ser determinada pela forma como as alterações na arrecadação do governo afetam o salário real e o retorno real do capital. O aumento de 1,00% gera uma queda de 0,41% no rendimento dos investimentos das empresas.

Além disso, também é esperada uma queda de 0,34% no salário de trabalhadores mais qualificados e uma queda ainda mais intensa, de 0,42%, no salário daqueles menos qualificados. Esses valores representam uma redução de R\$ 2,7 bilhões na massa salarial de São Paulo (R\$ 900 milhões do trabalho menos qualificado e R\$ 1,8 bilhão do trabalho mais qualificado).

Justifica-se, portanto, o motivo pelo qual associações e entidades relacionadas ao agronegócio têm se manifestado contra a nova Lei. Além dos resultados apresentados anteriormente, as novas alíquotas terão efeitos no preço final de bens e serviços que serão diretamente sentidos pelo consumidor final e indiretamente por outros setores e demais Unidades da Federação, dada a relevância do agro paulista. ■

COMO FOI FEITO O ESTUDO?

Os resultados do impacto do aumento do ICMS foram obtidos a partir de um modelo econômico que considera as cinco macrorregiões brasileiras e simula o comportamento dos mercados agropecuários e dos segmentos das principais cadeias agroindustriais brasileiras, levando em conta as diferenças regionais e as interações da economia brasileira com a economia mundial.

A análise estabelece um cenário-base de referência atual e um cenário alternativo em que são implementadas as alterações previstas nas alíquotas do ICMS. A diferença entre os dois cenários determina o impacto que essas alterações poderão gerar sobre a economia de São Paulo e da região Sudeste. O modelo permite, também, considerar hipóteses alternativas sobre a migração de trabalhadores e capital entre as regiões, o que afeta diretamente a magnitude dos resultados.

CUSTO MARGINAL E EFICIÊNCIA DO AUMENTO DO ICMS EM SÃO PAULO

Custo marginal de financiamento*	R\$ 2,75
RETORNO**	
Trabalho mais qualificado	-0,34%
Trabalho menos qualificado	-0,42%
Capital	-0,41%

*Baseado na queda de consumo dada a alteração na incidência do ICMS; o resultado expressa que o custo econômico de um aumento adicional de R\$ 1,00 na receita do governo de São Paulo é de R\$ 2,75

**Os valores indicam a queda na remuneração dos trabalhadores e no retorno do capital dado 1,00% de aumento na receita do governo

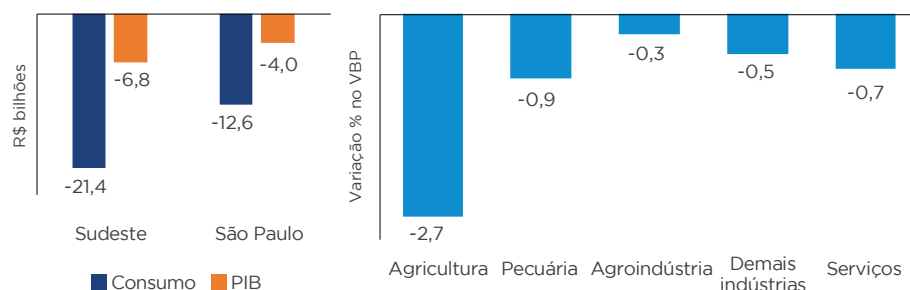
*Decreto Estaduais nº 65.252, nº 65.253, nº 65.254 e nº 65.255

**Fonte: Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea)

***Valores atualizados até novembro de 2020

****Foi utilizado o modelo econômico Projeto de Análise de Equilíbrio Geral da Economia Brasileira (PAEG), sobre o qual se pode obter mais informações em <http://paeg.ufv.br>

VARIAÇÃO NO CONSUMO E NO PIB (R\$ BILHÕES) E VARIAÇÃO NO VBP (%) NOS MACROSETORES DO SUDESTE



1Doutora em Economia Aplicada pelo Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (DER/UFV) e pesquisadora do FGV Agro - talita.pinto@fgv.br

2Doutor em Economia Aplicada pelo DER/UFV e consultor externo do Centro do Comércio Global e Investimento da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (CCGI/FGV-EESP) - cicero.lima@fgv.br

3Pesquisador do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e professor do Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV (MPAgo) - angelo.gurgel@fgv.br